

DESTAQUE

CONCERTAÇÃO SOCIAL

Pressão no mercado de trabalho ajuda Governo a atingir meta nos salários

A subida do salário mínimo – cujo valor para a 2020 o Governo vai hoje começar a discutir com os parceiros sociais – é uma das formas de fazer voltar o peso dos salários na economia aos níveis pré-crise. Mas o mercado também ajuda

Sérgio Aníbal

Depois de, nos últimos quatro anos, as diversas medidas de recuperação dos rendimentos introduzidas pelo Governo não terem conseguido mais do que uma recuperação marginal do peso perdido pelos salários no PIB durante a crise, existem agora sinais de que as dinâmicas próprias do mercado de trabalho podem concluir essa retoma, mesmo sem o executivo ter sequer de tomar novas medidas.

O objectivo traçado pelo primeiro-ministro na semana passada para a nova legislatura parece à primeira vista ser bastante ambicioso: fazer voltar o peso dos salários no PIB para os valores antes da crise.

Usando como referência o peso ajustado dos salários no PIB calculado pela Comissão Europeia, este indicador caiu de 64,8% em 2008 para 60,2% em 2014, continuando depois ainda a descer até aos 59% em 2016. Uma queda que contribuiu para que Portugal tenha sido, desde o início deste século até agora, o segundo país

da zona euro em que o peso do factor trabalho na economia – em contraponto com o factor capital – mais caiu (apenas menos do que a Irlanda). Depois, em 2017 e 2018, apesar de se ter iniciado uma recuperação do indicador, essa recuperação tem sido feita de forma relativamente lenta, chegando-se no ano passado aos 60,3%. Contas feitas, durante a última legislatura, marcada pela introdução de várias medidas de recuperação do rendimento (que incluíram o aumento do salário mínimo e a reposição dos salários da função pública), a variação positiva do indicador acabou por ser de apenas 0,1 pontos percentuais, deixando o nível anterior à crise a uma distância ainda muito considerável.

Quando anunciou o seu objectivo, o primeiro-ministro, António Costa, referiu a intenção de continuar a subir o salário mínimo a um ritmo elevado (e acima do crescimento nominal da economia) e referiu-se à definição, com os parceiros sociais, de um plano global de aumento dos rendimentos. Estas medidas podem ajudar a atingir o objectivo, mas a verdade é que basta

dados pelo mercado de trabalho para se perceber que o peso dos salários pode já estar a começar a subir ao ritmo necessário para se voltar ao nível pré-crise. Com a taxa de desemprego a cair para perto de 6% e as empresas a queixarem-se de dificuldades crescentes em recrutar trabalhadores com qualificações necessárias, parece haver indícios de que o aumento dos níveis salariais que tanto demorou a ocorrer mesmo depois da crise está finalmente a consolidar-se.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), no último mês de Setembro a variação homóloga em termos reais (excluindo a inflação) do salário médio foi de 2,9%, parecendo consolidar-se um ritmo de crescimento pelo menos próximo de 3%, quando até há um ano este indicador dificilmente superava 1%.

É por isso que José Castro Caldas, economista que é investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, se mostra pouco impressionado com a meta definida pelo Governo para o peso dos salários na economia. “Olhando para os últimos números disponíveis, a meta definida pelo primeiro-ministro não



Salário mínimo: Governo não vai dar passo maior

O Governo planeia apresentar aos parceiros sociais uma trajectória constante de aumento do salário mínimo nacional, sem impor uma subida proporcionalmente maior em 2020, o que significa que o valor que hoje irá comunicar aos parceiros sociais rondará os 635 euros.

Esta é a primeira fase de uma negociação com sindicatos e patrões que se irá prolongar durante os próximos meses, tendo em conta o Pacto para o Crescimento, ou o acordo para o aumento de rendimentos e crescimento económico, que o Governo irá encetar assim que terminar este processo de aumento do salário mínimo. É, aliás, por isso que o Governo decidiu não ir mais além em 2020, não esticando a corda das negociações. A intenção, apurado o PÚBLICO, é não apresentar aos

patrões um valor mais elevado que inviabilize o diálogo sobre o acordo seguinte. O Governo quer “dar um sinal”, como disse a ministra do Trabalho e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, de que o aumento será superior ao que foi na última legislatura, mas não irá além disso. Em percentagem, o aumento de 5,75% ao ano faz com que o aumento até 2023 seja o maior de sempre.

Este é, de resto, um valor que patrões e sindicatos já estão à espera, uma vez que resulta da distribuição por quatro anos do montante que António Costa definiu até 2023 (750 euros). Do lado dos patrões, tanto a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), como a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) defendem que o valor de 2020 deve resultar da ponderação de

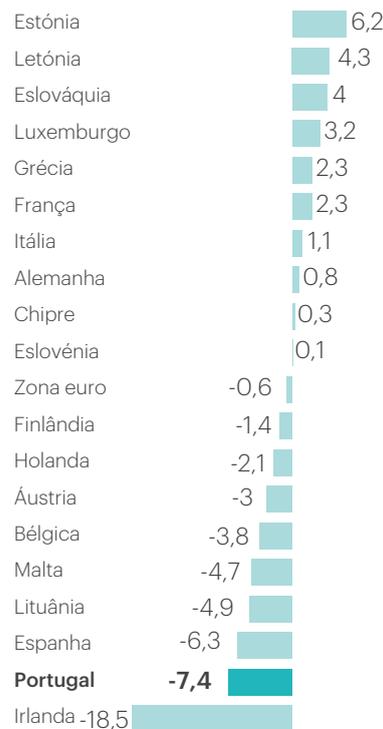


NELSON GARRIDO

As empresas têm vindo a queixar-se da dificuldade em contratar trabalhadores qualificados para acompanhar o ritmo de crescimento da sua actividade

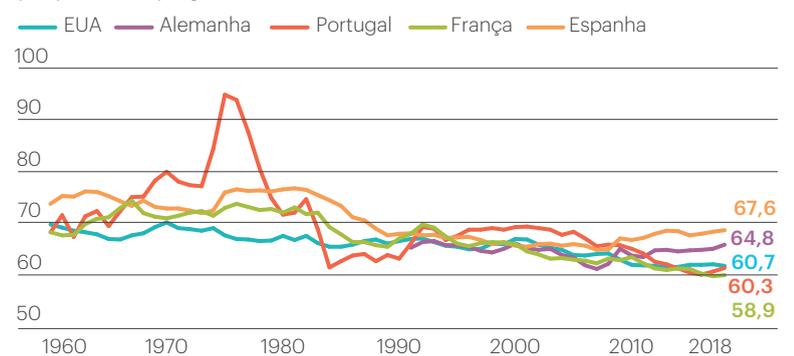
A tendência descendente do peso dos salários na economia

Variação entre 1999 e 2018
Em pontos percentuais do PIB

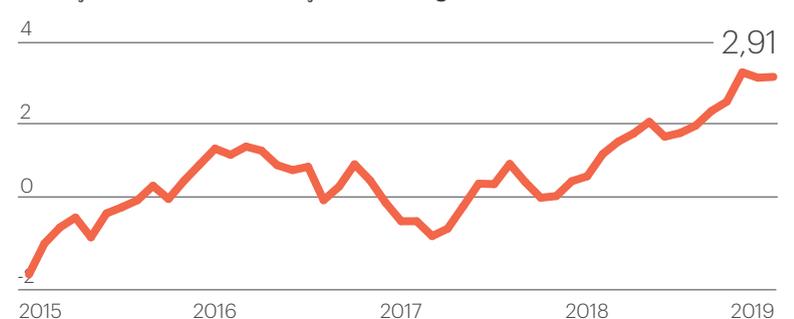


Peso ajustado dos salários no PIB

Salário por trabalhador em percentagem do PIB ao custo dos factores por pessoa empregada



Variação real da remuneração bruta regular



Fonte: Comissão Europeia; INE

PÚBLICO

rem2020

indicadores objectivos como o crescimento do PIB, a inflação e a produtividade. Nas contas da CIP, o salário mínimo não podia passar dos 617 euros. Mas os patrões concordam com uma majoração, dada a função social do salário.

Para a definição deste valor, o Governo não procurará acordo entre as confederações patronais e as centrais sindicais. Por lei, precisa apenas de os ouvir. O mesmo não acontecerá no acordo plurianual para aumento de rendimentos, que Costa definiu como prioridade deste início do mandato, com o objectivo de aumentar os níveis salariais — e o peso dos salários no PIB — de modo a atingirem os patamares de antes da crise e com isso equilibrar, entre empresas e trabalhadores, os ganhos com o crescimento económico. **L.V.**

parece assim tão ambiciosa. Com uma variação nominal dos salários acima de 3%, idêntica à que já se está a registar, repor o peso dos salários no PIB ao nível pré-crise já seria conseguido, sem que fossem precisas novas medidas”, afirma. Assinala, no entanto, o papel que está a ser desempenhado pelo aumento do salário mínimo nestes resultados e que se prevê que se mantenha nos próximos quatro anos.

Perante estes números, o economista mostra mesmo dúvidas em relação ao que poderá vir a ser o acordo de aumento de rendimentos que o primeiro-ministro quer discutir com os parceiros sociais, tendo em conta a meta que foi definida e aquilo que é a actual situação no mercado de trabalho. “Isto que está a ser apresentado como um impulso dos salários pode acabar por afinal ser um impulso para a moderação salarial”, afirma. Explica que, para as associações patronais, nesta fase, é muito importante evitar que as empresas sejam obrigadas a concorrer entre si pela disponibilidade de mão-de-obra, oferecendo salários mais altos. “A este nível ajuda muito

haver referenciais de aumento definidos”, explica.

A nível internacional, a tendência tem sido, desde os anos 1970, para uma redução progressiva do peso do factor trabalho na economia. De acordo com um estudo da Organização Internacional do Trabalho, o peso dos salários na economia diminuiu durante esse período em 91 de 133 países.

São várias as explicações avançadas para este fenómeno. Uma das mais habituais é o facto de os progressos tecnológicos tenderem a premiar mais o capital do que trabalho. Depois há a financiarização da economia, que gerou níveis de rendimento de capital nesse sector nunca vistos.

A globalização do mercado de mão-de-obra também pode ser um factor importante, já que, por via do aumento da oferta, pode diminuir a capacidade de os trabalhadores reivindicarem salários mais altos. A redução do papel dos sindicatos, pela mesma lógica, também contribui para limitar os ganhos do factor trabalho.

Em Portugal, a quebra registada durante o período de crise acabou por estar relacionada, de forma clara, com a resposta dada pelas empresas

e pelo Estado às dificuldades financeiras, reduzindo salários e aproveitando o elevado nível de desemprego para contratar a custos mais baixos.

São muitas vezes discutidos os efeitos na competitividade que uma redução ou um aumento deste indicador pode ter, mas o que parece certo é que a descida do peso dos salários na economia aponta para o aumento das desigualdades na distribuição do rendimento, uma vez que os rendimentos do capital tendem a estar bastante mais concentrados do que os rendimentos do trabalho.

Usar o indicador como meta de política económica pode, contudo, ter riscos, defende o economista Francesco Franco, da Nova SBE. “Identificar o peso dos salários no PIB como meta de política económica é o mesmo que identificar a distribuição de rendimentos como meta de política económica. No longo prazo pode ser um objectivo válido e importante, mas no curto prazo é muito mais difícil interpretar esta variável, há muitos factores em jogo”, diz. Sublinha que definir como meta aumentos dos salários em termos reais, para compensar as perdas registadas nos anos da cri-

se, pode ser mais adequado. E o economista assinala que, “enquanto na maioria do mundo ocidental, principalmente nos EUA, é possível observar desde os anos 1980 um declínio secular do peso dos salários que pode ser problemático, em Portugal não há uma tendência definida de longo prazo”. Depois de, a seguir à Revolução de 1974, este indicador ter subido a pique, acabou por cair em meados dos anos 1980 para perto dos 60%, o nível em que se encontra agora. Pelo meio, houve algumas variações significativas, de que se destaca a perda registada durante a crise da dívida soberana, entre 2010 e 2013.

Agora, a aposta declarada do Governo é fazer subir o peso dos salários na economia. Uma ajuda preciosa deverá continuar a ser dada pelo salário mínimo, que o Governo pretende colocar em 750 euros mensais no final da legislatura. Desta vez, ao contrário da legislatura passada, a pressão crescente no mercado de trabalho deverá, caso a economia continue a crescer e o emprego a aumentar, também ajudar.

sergio.anibal@publico.pt